

PENSANDO EM LÍNGUAS

SMITH, James K. A. **Pensando em línguas**: contribuições pentecostais para a filosofia cristã. Tradução de Maurício Bezerra. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil; Renova: 2020.

Arthur Henrique Soares dos Santos*

James K. A. Smith, filósofo da religião e professor de Filosofia no Calvin College, autor de livros como *Na estrada com Agostinho* e *O diabo lê Derrida*, se tornou muito conhecido no Brasil entre o meio protestante reformado, com uma forte inspiração no teólogo francês João Calvino. Porém, na obra *Pensando em línguas*, publicada no País por meio de uma parceria entre a Thomas Nelson Brasil e a Editora Renova, o filósofo desponta em uma tradição teológica bem distinta: a do pentecostalismo. O projeto de Smith não é difícil de ser compreendido, mas é inovador dentro da filosofia da religião: esboçar as bases do que seria uma filosofia distintamente pentecostal. A inspiração para tal projeto vem do renascimento da filosofia cristã nos meios acadêmicos, o qual tem como figuras centrais filósofos como Alvin Plantinga, Nicholas Wolterstoff, William Alston, Eleonore Stump, Richard Swinburne, entre outros. Dessa maneira, a partir dos filósofos citados, Smith busca desenvolver uma filosofia embasada no “imaginário social” (como diria Charles Taylor) implícito na espiritualidade pentecostal.

O livro é dividido em seis capítulos, sendo o primeiro dedicado a justificar a existência de uma filosofia pentecostal e a esboçar uma pauta para o projeto de Smith na filosofia da religião. O segundo capítulo busca enumerar os principais elementos de uma cosmovisão pentecostal, os quais são implícitos na espiritualidade de tal tradição religiosa. O terceiro capítulo expõe as bases de uma epistemologia pentecostal, a qual é apresentada em contraponto às epistemologias modernas e em convergência com a filosofia pós-moderna. O quarto capítulo se dedica a expor uma ontologia pentecostal, trazendo suas contribuições para o diálogo entre ciência e teologia. O quinto capítulo faz uma crítica pentecostal à filosofia da religião, colocando-se em contrariedade ao que Smith chama de “um racionalismo persistente na filosofia da religião”. Por fim, o sexto capítulo fala, com base em fenômenos religiosos como o “falar em línguas estranhas”, das contribuições pentecostais para a filosofia da linguagem e

* Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: santosarthursoares@gmail.com.

para a filosofia política, defendendo que o pentecostalismo se posiciona como linguagem de resistência.

O primeiro capítulo da obra de Smith oferece um “Conselho aos filósofos pentecostais”, havendo nele uma clara inspiração no “Conselho aos filósofos cristãos” de Alvin Plantinga. Assim, levando em consideração a ideia de Plantinga de que a filosofia é uma arena para compromissos e intercâmbios de lealdades fundamentalmente religiosas por natureza e que o cristão tem um direito epistêmico às suas perspectivas cristãs – algo que é repetido por toda a tradição filosófica reformada –, Smith defende que um filósofo pentecostal tem o direito epistêmico de construir uma filosofia a partir de sua própria lealdade religiosa pentecostal. Dessa maneira, aquilo que Plantinga defende para o filósofo cristão em geral, Smith defende para o filósofo especificamente pentecostal. O trabalho de Plantinga ao construir sua epistemologia reformada, diz Smith, mostra seu comprometimento com o projeto de uma filosofia distintamente cristã e que, mais especificamente, é inspirada por noções da tradição teológica especificamente reformada. Inspirado nesse projeto filosófico profundamente calvinista, Smith produz uma pauta para a filosofia pentecostal, defendendo que o imaginário social pentecostal é composto por: 1) uma abertura radical para Deus; 2) uma teologia “encantada” da criação e da cultura; 3) uma valorização do corpo e da materialidade; 4) uma epistemologia afetiva e narrativa; e 5) uma orientação escatológica voltada para missões e para a justiça social.

O segundo capítulo busca descrever o pentecostalismo enquanto uma cosmovisão ou um imaginário social, utilizando as palavras de Charles Taylor. Ao iniciar com um testemunho vivencial de um culto pentecostal, Smith tenta honrar a característica intrinsecamente narrativa desse tipo de espiritualidade. Porém, a narrativa por si só não sustenta uma visão de mundo pentecostal: ela precisa também de uma hermenêutica. Dessa maneira, toda a narrativa do mundo é reinterpretada a partir da ideia do Espírito Santo, o qual é base da experiência pentecostal. Isso é importante na filosofia da religião enquanto uma contrariedade hermenêutica às interpretações naturalistas dos fenômenos religiosos.

Tal hermenêutica pentecostal é fundamentada em uma cosmovisão, a qual é definida por Smith como “uma orientação passional que governa o modo pelo qual a pessoa vê, habita e se envolve no mundo” (p. 65). Por conseguinte, a partir de um diálogo entre autores pentecostais como Amos Young e filósofos como Charles Taylor e Martin Heidegger, a espiritualidade pentecostal é definida como “um nexos de práticas que nos posicionam para imaginar o mundo de uma maneira determinada, para ‘construir’ o mundo com base em uma

interpretação impregnada pelo Espírito” (p. 69). Assim, com base nos elementos do imaginário pentecostal, os quais já foram expressos no primeiro capítulo, o filósofo expõe as bases do que será desenvolvido no restante do livro.

O terceiro capítulo lança as bases de uma epistemologia pentecostal. O início do capítulo, com uma ênfase fenomenológica e testemunhal, pode ser empolgante para os religiosos da tradição pentecostal. Ali, Smith busca desenvolver a ideia de que “a narrativa é um ponto crucial da identidade pentecostal” (p. 93). O filósofo defende que tal ênfase narrativa é notável na centralidade que o culto pentecostal dá ao testemunho dos crentes. E em tais práticas litúrgicas, a visão testemunhal ocorre de maneira profundamente afetiva, na qual o cristão é aquele que não apenas pensa intelectualmente, mas que sente o agir divino. É por esse motivo que Smith diz haver uma crítica pentecostal ao intelectualismo, no mesmo sentido do intelectualismo criticado por Taylor, que envolve o cognitivismo moderno acerca do conhecimento. Dessa maneira, “existem elementos de uma cosmovisão pentecostal que estão em sintonia com a crítica ‘pós-moderna’ da razão autônoma” (p. 95). Isso não significa que o pentecostalismo seja contrário à racionalidade, mas sim que a ênfase racionalista no cognitivo, em desprezo ao lado afetivo da humanidade, é uma versão limitada e atrofiada do que significaria “conhecimento”.

Tal crítica pentecostal se une também aos questionamentos reformados de Herman Dooyeweerd e Alvin Plantinga à suposta neutralidade da razão, o que é um tema do “Conselho aos filósofos cristãos”. Aliás, essa ligação entre o pentecostalismo e o calvinismo pode ser vista de maneira muito nítida justamente na epistemologia. Afinal de contas, um dos temas centrais desenvolvidos por Plantinga em sua epistemologia reformada é o que Calvino chama de “testemunho interno do Espírito Santo”; assim, no trabalho epistemológico calvinista, o Espírito Santo tem centralidade para a crença cristã, o que pode ser visto de maneira semelhante na epistemologia pentecostal. Não somente isso, ambas as epistemologias focam bastante nas questões afetivas do ser humano, havendo uma forte herança agostiniana nelas. Sem dúvida, não é exagero dizer que futuros trabalhos em filosofia da religião podem formular, com base em Plantinga e Smith, uma espécie de “Epistemologia Pentecostal Reformada”.

O quarto capítulo traz uma ontologia pentecostal, fazendo um diálogo entre a ciência e a teologia. Para isso, Smith demonstra que a modernidade tem um processo de desencantamento do mundo, o que pode ser analisado de maneira produtiva com Max Weber, apesar de o autor infelizmente não fazer isso. Tal desencantamento do mundo é visto, segundo Smith, no naturalismo metafísico, que pressupõe o universo como um sistema fechado de causa e efeito.

Porém, a ideia do universo como um sistema fechado também foi repassada para a teologia, o que culmina em afirmações como a de Rudolf Bultmann de que é impossível crer na ciência moderna e no mundo de milagres do Novo Testamento. Respostas cristãs a essa tese foram feitas por filósofos como Richard Swinburne e Alvin Plantinga. Contudo, Swinburne ainda trata o milagre como uma “violação” das leis da natureza. Plantinga critica corretamente tal terminologia, demonstrando que, se o teísmo cristão é verdadeiro, então o universo não é um sistema fechado e não faz sentido falar do milagre como uma violação.

Smith, entretanto, vai além e desenvolve uma perspectiva distintamente pentecostal para relacionar a ciência com a ação de Deus no mundo ao fazer milagres. Ele afirma que Deus, na pessoa do Espírito Santo, está sempre em ação no mundo: a natureza é “encantada” pelo Espírito Santo. Tal ação do Espírito se desenvolve em diferentes níveis; assim, há ação normal de Deus na natureza, a qual se dá na regularidade que é tão fundamental para a concepção de leis da natureza; mas há também uma ação extraordinária do Espírito Santo, a qual se dá no que os crentes chamam de “milagre”. Dessa maneira, pode-se pensar que Smith traz uma perspectiva bem inovadora na filosofia da religião, ao pensar o milagre de maneira bem distinta tanto de filósofos ateus quanto de filósofos cristãos. Talvez esse capítulo seja, pelo tratamento diferenciado na filosofia da religião, um dos pontos altos do livro de Smith.

Falando em inovação na filosofia da religião, o quinto capítulo da obra faz uma crítica pentecostal à filosofia da religião. Tal crítica, feita no contexto do renascimento da filosofia cristã no ambiente acadêmico, afirma que a filosofia da religião contemporânea só presta atenção às crenças e não aos sujeitos que creem. Assim, os crentes são tratados como “fantasmas cartesianos”, ignorando a experiência corporificada que marca as práticas litúrgicas pentecostais. Em contrariedade, Smith defende que “a filosofia da religião que faz jus à experiência pentecostal é aquela que resgata o sentido da religião como forma de vida e de experiência corporificada, e isso exige questionar a filosofia contemporânea da religião” (p. 171). Esse tipo de proposta feita por Smith pode servir bem para demonstrar que o cristianismo, ao contrário de que dizia Nietzsche, não é uma religião contrária ao corpo e à materialidade. Na verdade, a religião cristã se baseia no ato divino em criar a materialidade como algo bom; não somente isso, a doutrina tradicional da Encarnação pressupõe que o próprio Deus se fez carne, assumiu a matéria humana, ressuscitou corporalmente e que um dia os crentes também ressuscitarão da mesma forma.

A crítica pentecostal à filosofia da religião também envolve a ênfase de que os filósofos cristãos não deveriam falar apenas da existência e propriedades de Deus, embora esses temas

sejam muito importantes. Afinal de contas, tais questões se referem a um teísmo minimalista e não à narrativa cristã mais especificamente. Como diz Smith, “o cristão não acredita somente em Deus como *causa sui* ou um regulador do universo; ele crê no Deus de Abraão, de Isaque e de Jesus Cristo” (p. 177). É verdade que boa parte dos filósofos cristãos dedicam a maior parte do seu tempo às questões relativas à existência de Deus e de suas propriedades. Porém, muitos deles também têm trabalhado com temas especificamente cristãos, o que Smith, apesar de citar ocasionalmente, ignora em sua crítica. William Lane Craig e Richard Swinburne, por exemplo, elaboram argumentos a favor da historicidade da ressurreição de Jesus, em favor da verdade das alegações do Evangelho cristão. Eleonore Stump trabalha detalhadamente com temas cristãos ao discutir o problema do mal. Alvin Plantinga, em sua epistemologia reformada, trabalha com a avaliação da crença cristã, focando na Encarnação, na vida, sofrimento, morte e ressurreição de Cristo. Assim, a crítica de Smith nesse ponto, apesar de compreensível, pode ser um pouco injusta.

O sexto e último capítulo fala da prática pentecostal da “glossolalia”, que é o ato de falar em línguas estranhas. Tal capítulo é dividido em duas seções: a primeira versa sobre a filosofia da linguagem e a segunda sobre a filosofia política. A sugestão central de Smith com relação à filosofia da linguagem é que a glossolalia, por não se encaixar facilmente nas principais categorias linguísticas, pode levar ao questionar dos paradigmas da filosofia da linguagem. Assim, o primeiro tópico nessa seção se refere a uma explicação fenomenológica da glossolalia, defendendo que tal prática pentecostal pode desestabilizar as categorias que Husserl faz da expressão de signos. Afinal de contas, o ato de falar em línguas não usa palavras, mas ainda assim se constitui como uma forma de expressão, o que não era admitido na fenomenologia de Husserl. O segundo tópico se refere à hermenêutica da glossolalia. Como Smith enfatiza, há uma interpretação própria do ato de falar em línguas nas comunidades eclesiais; isso envolve a hermenêutica pentecostal que é utilizada pelo crente para ver todo o mundo, inclusive para ver a glossolalia. O terceiro tópico se refere à teoria dos atos de fala desenvolvida por J. L. Austin e John Searle. Assim, em termos bem resumidos, muito da importância da fala não se liga ao significado (embora ele exista), mas ao que a fala *realiza*. No caso do ato de falar em línguas, este pode ser entendido como um ato de se tornar receptivo ao Espírito Santo. Porém, apesar dessa possível análise, é óbvio que Austin e Searle focam em linguagens conhecidas; assim, neste ponto a glossolalia também se apresenta resistindo a mais um paradigma da filosofia da linguagem.

A segunda seção do capítulo foca na relação entre glossolalia e a filosofia política. Nela, Smith defende que o falar em línguas pode ser visto como uma linguagem de resistência do oprimido. O filósofo diz: “podemos falar que a glossolalia consiste na linguagem das comunidades de fé que são marginalizadas pelos poderes constituídos [...]. Podemos dizer que o proletariado fala em línguas” (p. 213). Apesar de Smith falar de uma “confluência entre Marx e o Espírito Santo” (p. 213), o que é, pelo foco materialista de Marx, contraditório ao cristianismo, há uma percepção verdadeira acerca da presença das comunidades pentecostais nas periferias e em meio às pessoas marginalizadas. Além disso, é notável o trabalho de tais comunidades em meio aos grupos esquecidos pela lógica capitalista tardia, deixando nítida a importância da justiça social para o pentecostalismo. Portanto, apesar do erro de Smith em trabalhar o pentecostalismo a partir de olhos marxistas, ele parece estar correto em dizer que a glossolalia é “a linguagem da imaginação escatológica que imagina o futuro de outro modo: a língua estranha de um Reino vindouro” (p. 216).

Em suma, a obra de James K. A. Smith constitui algo inovador na filosofia da religião. Sem dúvida, mesmo dentro dos círculos cristãos, ela pode ser recebida com muita controvérsia. Assim, *Pensando em línguas* parte de um ponto de vista explicitamente pentecostal para se pensar a filosofia cristã. O esboço feito por Smith pode ser um ponto de partida para o envolvimento em seu projeto. Sem dúvida, há muito para concordar ou discordar do filósofo, mas é válida a capacidade do autor de levar o leitor a questionar seus próprios pontos de vista acerca da filosofia da religião. Dessa maneira, *Pensando em línguas* pode ser útil para trazer novos olhares dentro da filosofia da religião, conduzindo ao desenvolvimento de novas pesquisas acerca das principais problemáticas tratadas pelos filósofos da religião. Afinal de contas, como diz Smith, “os pentecostais podem propor sua própria parcela de contribuição às análises filosóficas atuais, trabalhando sem ter com que se envergonhar como pentecostais cujas imaginações se baseiam nos ritmos corporificados do culto e da espiritualidade pentecostal” (p. 217).